

LEI MUNICIPAL Nº 1003/2024

Rochedo – MS, 17 de dezembro de 2024.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ROCHEDO PARA O EXERCÍCIO DE 2025".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROCHEDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR, no uso de suas atribuições legais Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga, na conformidade com o disposto no Inciso VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Rochedo, a seguinte L E I:

Artigo 1º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Rochedo – MS, para o exercício financeiro de 2025, estima a Receita e Fixa a Despesa em igual valor de RS 62.000.000,00 (Sessenta e Dois Milhões de Reais) líquido, já deduzido a contribuição dos 20% para o FUNDEB, discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Artigo 2º A receita decorrerá da arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:



# 1 - RECEITAS DE TODAS AS FONTES DEDUZIDAS AS CONTAS REDUTORAS

RECEITA CORRENTE	R\$	66.030.128,28
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	7.028.40,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	1.789.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	RS	15.178,28
RECEITA DE SERVIÇOS	RS	934.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	RS	56.141.550,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	122.000,00
RECEITA DE CAPITAL	RS	1.525.771,72
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	20.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$	200.000,00
TRANSF. CAPITAL	R\$	1.304.421,72
RECEITAS CORRENTES - INTRA - ORC.	R\$	2.531.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	2.531.100,00
OUTRAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	830.000,00
RECEITAS DE DEDUÇÕES	RS	(8.087.000,00)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS	R\$	(8.087.000,00)
TOTAL	RS	62000.000,00

Artigo 3º A Despesa total do Município de R\$ 62.000.000,00 (Sessenta e Dois Milhões de Reais), compõe-se do Orçamento Fiscal no valor de R\$ 41.147.100,00 e do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 20.852.900,00

Parágrafo Único. A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta lei, observando o seguinte desdobramento:





#### I - DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA.

DESPESAS CORRENTES	RS	56.771.346,84
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.354.653,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	874.000,00
TOTAL	R\$	62.000.000,00

# II – DESPESA POR FUNÇÃO;

01	LEGISLATIVA	RS	2.800.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	RS	14.738.664,40
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	RS	3.670.500,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	RS	3.417.200,00
10	SAÚDE	RS	13.765.200,00
12	EDUCAÇÃO	RS	13.828.080,00
13	CULTURA	RS	397.700,00
15	URBANISMO	RS	1.763.921,72
16	HABITAÇÃO	RS	487.433,88
18	GESTÃO AMBIENTAL	RS	600,00
20	AGRICULTURA	RS	100.800,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	1.936.300,00
25	ENERGIA	R\$	751.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	2.301.000,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	567.600,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	600.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	874.000,00
	TOTAL	R\$	62.000.000,00





# III - DESPESA POR PODERES DO MUNICICÍPIO

A) PODER LEGISLATIVO	RS	2.800.000,00
1 - Câmara Municipal	RS	2.800.000,00
B) PODER EXECUTIVO.	RS	4.409.500,00
01 – Gabinete do Prefeito	R\$	118.300,00
02 - Instituto Municipal de Previdência	R\$	3.671.200,00
03 – Reserva de Contingência	R\$	620.000,00
C) SECRETARIA MUN.DE ADM.E FINANÇAS	RS	8.774.440,00
01 – Secret.Mun.de Admin. E Finanças	RS	8.774.440,00
D) SECRETARIA MUN. DE PLAN. E DESENV.SUSTEN.	RS	1.100,00
01 – Secret.Mun.de Plan. E Desenv. Sustentável	R\$	1.100,00
E) SECRETARIA MUN DE OBRAS E TRANSPORTES	RS	10.377.626,12
01 – Secret. Mun. de Obras e Transportes	R\$	10.377.626,12
F) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$	14.430.280,00
01 - Secretaria Municipal de Educação	R\$	7.113,580,00
02 - Fundo Municipal de Investimento Cultural	R\$	397.700,00
03 – FUNDEB	R\$	6.919.000,00
G) SECRETARIA MUN.DE SAUDE SANEAMENTO	RS	14.730.300,00
01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$	13.765.200,00
02 – Diretoria de Águas e Saneamento	R\$	965.100,00
		40





H) SECRET. MUN.DE ASSIST. SOCIAL, EMP. E RENDA	RS.	4.161.433,88
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	3.111.600,00
02 - Fundo Municipal de Hab.de Interesse Social	R\$	490.933,88
03 - Fundo Municipal de Investimento Social	RS	101.100,00
04 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	RS	50.500,00
05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso	R\$	407.300,00
I) Fundo Municipal de Turismo	R\$	2.299.400,00
01 - Fundo Municipal de Turismo	R\$	1.936.300,00
02 - Secretaria Mun. de Turismo, Esp, Cult. e Lazer	R\$	363.100,00

### Artigo 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a;

I – Abrir Créditos Suplementares até o limite de 20% (Vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas no Artigo 43, parágrafo § 1º, incisos II e II da Lei Federal 4320/64, extensiva ao Poder Legislativo.

II – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso II do Artigo 167 ambos da Constituição Federal.

 III – A abertura de Créditos Adicionais para adequação da Previsão do Poder Legislativo face ao Limite Constitucional.

Parágrafo Único: Fica autorizado e não será computada para efeito do limite do inciso I deste Artigo:

a) O remanejamento de Dotações e Fontes de Recursos dentro da mesma Secretaria, Fundos e Fundações através de Decreto nos termos do Artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao Crédito autorizado para a respectiva unidade.



- b) A abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação para a adequação da Despesa com recursos oriundos de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Cooperação, limitados aos recursos efetivamente arrecadados.
- c) A abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro nos termos do Art.
  43, parágrafo § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.
- d) A abertura de Créditos Adicionais para adequação da Despesa com Pessoal.
- e) Insuficiência de dotação nos grupos de natureza despesas 2 Juros e Encargos da Dívida e 6 – Amortização da Dívida;
- f) Abertura de crédito adicional suplementar para atender despesas com pagamentos de Sentenças Judiciais e Precatórios Judiciais;
- g) A abertura de crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação nos termos do Art. 43, da Lei 4.320/64;

Artigo 5º - Fica autorizada a inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programas aprovados nesta Lei, mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único: A inclusão de novos elementos não altera os valores dos créditos autorizados.

Artigo 6º - Fica autorizada a readequação da Despesa com o aumento da Receita efetivamente arrecadada e respectivas Fontes de Recursos referidas na Resolução Normativa nº 54/2016 (TCE/MS) e suas alterações posteriores.



Artigo 7º - Autoriza o Executivo a promover a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e da Lei do Plano Plurianual de Investimento – PPA, com as alterações verificadas nesta Lei.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

> FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR Prefeiro Municipal